



Número: **0022134-27.2016.8.13.0453**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Novo Cruzeiro**

Última distribuição : **28/07/2021**

Valor da causa: **R\$ 150.128,74**

Processo referência: **0022134-27.2016.8.13.0453**

Assuntos: **Execução Contratual**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>ESTADO DE MINAS GERAIS (EXEQUENTE)</b>	
<b>EURIPEDES RAMOS BATISTA (EXECUTADO(A))</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4836717993	28/07/2021 08:34	Petição Inicial	Petição Inicial
4836717996	28/07/2021 08:34	Bloco 1 de 4 do Processo 0022134-27.2016.8.13.0453	Outros documentos
4836717997	28/07/2021 08:34	Bloco 2 de 4 do Processo 0022134-27.2016.8.13.0453	Outros documentos
4836717999	28/07/2021 08:34	Bloco 3 de 4 do Processo 0022134-27.2016.8.13.0453	Outros documentos
4836718000	28/07/2021 08:34	Bloco 4 de 4 do Processo 0022134-27.2016.8.13.0453	Outros documentos
9665266473	25/11/2022 13:54	Intimação	Intimação
9725492562	13/02/2023 13:27	Certidão Decurso de Prazo	Certidão Decurso de Prazo
9726847526	14/02/2023 08:48	Manifestação da Advocacia Pública	Manifestação da Advocacia Pública
9726847719	14/02/2023 08:48	Formulário - súmula 29 - sem citação - Eurípedes Ramos Batista 10-02-23	Documento de Comprovação
9867641146	18/07/2023 20:18	Despacho	Despacho
9876841754	28/07/2023 10:23	Sentença	Sentença
9877435234	28/07/2023 18:01	Intimação	Intimação
9898137067	21/08/2023 12:06	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
9898142558	21/08/2023 12:06	0022134-27.2016.8.13.0453	Aviso de Recebimento
9898145201	21/08/2023 12:08	IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA	Certidão

Certifico que implantei a presente ação, conferindo os dados com os do processo físico de número idêntico.





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Advocacia Geral do Estado  
Advocacia Regional – Governador Valadares

0022134-27.2016

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO CRUZEIRO/MG**

**P.A/TCE Nº 851.772**

**CERTIDÃO DE DÉBITO Nº 299/2016**

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio do Procurador que abaixo subscreve, vem, perante V. Exa., com fulcro nos artigo 71, § 3º da Constituição Federal/1988, Lei nº 6.830/80 e nos artigos 578, 585, VI e demais dispositivos do Código de Processo Civil aplicáveis à espécie, propor a presente **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** em face de **EURÍPIDES RAMOS BATISTA**, CPF 218.839.476-34, com endereço na Rua Homero Luiz, 268, Monte Azul - Itaipé/MG – CEP 39815-000, pelos fatos e fundamentos adiante expostos:

O exequente é credor de multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em Sessão da Primeira Câmara, realizada em 03/11/2014, cujo valor original é de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), que corrigido monetariamente de acordo com a tabela da CGJ/TJMG do mês de maio de 2016, além da aplicação de juros de 1% (um por cento) ao mês, desde 31/03/1995, data da publicação do acórdão no "Diário Oficial de Contas", atingiu o valor de R\$ 294.459,87 (duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

Em face do exposto, requer a citação do executado, *por meio de carta com aviso de recebimento (AR)*, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o débito acima mencionado, devidamente atualizado, mais despesas judiciais e honorários advocatícios, ou então que garanta a execução, observada a gradação prevista no artigo 11 da Lei nº. 6.830/80, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação integral da dívida.

O débito principal deverá ser recolhido ao tesouro do Estado de Minas Gerais – CNPJ N. 18.715.615.0001-60, por meio de Guia DAE – Documento de Arrecadação Estadual - que poderá ser impressa através do site: [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) - devendo a mesma ser juntada aos autos, na via original.

Informa, ainda, que os honorários advocatícios deverão ser depositados em nome da Advocacia Geral do Estado – CNPJ 16.745.465.0001-01 – Honorários Rateio Unificado, conta corrente 8158-2 - Agência 1615-2 do Banco do Brasil S/A.

Rua Afonso Pena, nº 2.701, Centro CEP-35010-001 – Governador Valadares – MG Telefone/Fax (33) 2101-7711





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Advocacia Geral do Estado  
Advocacia Regional – Governador Valadares

03  
Vau

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO			
Valor original do débito na data da inscrição	Correção monetária	Juros de mora - 1% ao mês	Valor em
R\$ 21.000,00	4,5889878	31/03/95	19/07/16
		256%	
	R\$ 96.368,74	R\$ 53.760,00	<b>R\$ 150.128,74</b>

Valor da Causa: R\$ 150.128,74

Termos em que pede deferimento.

Governador Valadares, 19 de julho de 2016.

**EVÂNIA BEATRIZ DE SOUZA CABRAL**  
Procuradora do Estado de Minas Gerais  
Advogada Regional Adjunto  
OAB – MG76.237 MASP 893.993.6

Rua Afonso Pena, nº 2.701, Centro CEP-35010-001 – Governador Valadares – MG Telefone/Fax (33) 2101-7711







Também estou de acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE SEBASTIÃO HELVECIO:

APROVADO O VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA MARIA CECÍLIA BORGES.)

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, em conformidade com as notas taquigráficas e com a ata de julgamento, por unanimidade, diante das razões expendidas no voto do Relator: 1) em afastar a preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito; 2) diante do decurso temporal superior a 5 (cinco) anos desde a ocorrência dos fatos até uma das causas interruptivas da prescrição, qual seja, a autuação do feito no TCEMG, em reconhecer a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal, com fundamento no art. 76, § 7º, da Constituição do Estado de Minas Gerais e no art. 110-E e art. 110-C, II da Lei Complementar n. 120/2011, no tocante à aplicação de multa; 3) no mérito, em determinar, nos termos do art. 94 da Lei Orgânica deste Tribunal, o ressarcimento ao erário estadual pelo Sr. Euripedes Ramos Batista do valor integral repassado à época do convênio pelo Estado de Minas Gerais (R\$21.000,00 - vinte e um mil reais), valor este que deverá ser devidamente atualizado conforme ditames legais; 4) transitada em julgado a decisão, em determinar o cumprimento das disposições contidas no art. 364 do RITCEMG, sem prejuízo da remessa dos autos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as medidas legais cabíveis; 5) em determinar a intimação da(s) parte(s) da decisão, por via postal, nos termos do disposto no art. 166, § 1º, II e § 4º da Resolução n. 12/2008; 6) promovidas as medidas legais cabíveis, em determinar o arquivamento dos autos, nos termos do art. 176, I, do RITCEMG.

Plenário Governador Milton Campos, 3 de novembro de 2014.

SEBASTIÃO HELVECIO

Presidente e Relator

(assinado eletronicamente)

RP/

### CERTIDÃO

Certifico que o Diário Oficial de Contas de 07/07/15 publicou a Súmula do Acórdão supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas, aos 07/07/15

Sandra 18438

COORDENADORIA TAQUIGRAFIA E ACÓRDÃO



16:16 COMARCA NOVO CRUZEIRO  
DISTRIBUIÇÃO 26/07/2016

PROCESSO: 0022134-27.2016.8.13.0453  
EXECUÇÃO FISCAL  
VALOR CAUSA: 150.128,74

DISTRIBUÍDO POR SORTEIO  
26/07/2016 AS 16:16:45

SECRETARIA DO JUÍZO

JUIZ(A) SUBSTITUTO(A):  
DIEGO DUARTE BERTOLDI  
PROMOTOR(A):  
FREDERICO DUARTE CASTRO

\*\*\* Assistência Judiciária \*\*\*

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

CONCLUSÃO

Ass. 29 de 07 de 16

faço estes autos conclusos ao(a) MM (a)  
Juiz(iza) de Direito desta Vara. Para constar,  
lavrei este.

O(A) Escrivão(a) Ulu.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO,**

**O ESTADO DE MINAS GERAIS**, por seu Procurador, vem, respeitosamente, expor:

Conforme promoção anexo, até a presente data não há satisfação do débito.

Assim, no bojo processual, comprova-se que o Juízo não está seguro pela comprovada inexistência de bens no prazo de (5) anos contados da tentativa de penhora.

Isto posto, requer a extinção da presente execução nos termos do artigo 26 da LEF, vez que resta constatada a ocorrência da prescrição intercorrente, segundo os parâmetros fixados pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.340.553-RS, representativo de controvérsia.

Pede deferimento.

De Governador Valadares, data e hora do sistema.

André Luís de Oliveira Silva

Procurador do Estado

Advogado Regional do Estado

MASP 1.096.295-9 OAB/MG 82.793



**ANÁLISE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE**  
(Súmula Administrativa AGE nº 29, de 31/10/2018)

<b>Execução Fiscal:</b>	<b>0022134-27.2016.8.13.0453</b>
<b>PTA(s):</b>	<b>Certidão de Débito nº 299/2016, Multa TCE</b>
<b>Executado(s):</b>	<b>Eurípedes Ramos Batista</b>

**MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR DO ESTADO**

Sr(a). Procurador(a)-Chefe / Advogado(a) Regional,

Após análise dos autos do executivo fiscal em questão, verifiquei, nos termos da Súmula Administrativa AGE nº 29, de 31/10/2018, a ocorrência da **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE**, tendo em vista o decurso de prazo superior a 06 (seis) anos desde a ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, ocorrida em 17/10/2016 (id. 4836717997, pág. 5), não se tendo logrado, após a referida data, efetivar qualquer ato de constrição patrimonial.

Esclareço, ainda, não ter ocorrido qualquer causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional em tal período, conforme, inclusive, consulta ao SICAF, efetuada nesta data.

Em face do exposto, tendo em vista que o caso em questão se enquadra na Ordem de Serviço AGE nº 16/2018, deve(m) ser cancelada(s) a(s) CDA(s) que instrui(em) o executivo fiscal, com a consequente **DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL**, encaminhando-se o(s) PTA(s) respectivo(s) ao órgão fazendário de origem, para arquivamento e baixa do crédito.

Governador Valadares, 14 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Evânia Beatriz de Souza Cabral  
Procurador do Estado  
OAB/MG 76.237 – MASP 893.993-6

**MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE / ADVOGADO REGIONAL**

Tendo em vista a informação acima, encaminhe-se o(s) PTA(s) ao setor administrativo para as providências cabíveis, devendo ser disponibilizada, ao Procurador responsável, tela do SICAF comprovando o cancelamento da(s) CDA(s) em questão.

Governador Valadares, 14 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
André Luís de Oliveira Silva  
Advogado Regional  
Masp 1.096-295-9 OAB/MG 82.793







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de NOVO CRUZEIRO / Vara Única da Comarca de Novo Cruzeiro

PROCESSO Nº: 0022134-27.2016.8.13.0453

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

ASSUNTO: [Execução Contratual]

EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS

EXECUTADO(A): EURIPEDES RAMOS BATISTA

**DESPACHO**

Através do presente despacho, dou ciência às partes de que esta Vara Única de Novo Cruzeiro receberá cooperação pelo Núcleo de Justiça 4.0, o qual ficará responsável pelo julgamento do feito, razão pela qual devolvo os presentes autos à secretaria para migração.

Aguarde-se o encaminhamento dos autos ao respectivo Núcleo, mantendo-se as devidas etiquetas (NÚCLEO e PROJEF).

Cumpra-se.

NOVO CRUZEIRO, data da assinatura eletrônica.

**RAFAEL ARRIEIRO CONTINENTINO**

Juiz(íza) de Direito



Vara Única da Comarca de Novo Cruzeiro

Avenida Júlio Campos, 201, Centro, NOVO CRUZEIRO - MG - CEP: 39820-000



Número do documento: 23071820183649000009863729415

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071820183649000009863729415>

Assinado eletronicamente por: RAFAEL ARRIEIRO CONTINENTINO - 18/07/2023 20:18:36



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Belo Horizonte / Núcleo de Justiça 4.0 - Cível

Avenida Raja Gabaglia, 1753, 1753. 16º andar, torre 2, Conjunto Santa Maria, Belo Horizonte - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº: 0022134-27.2016.8.13.0453

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

ASSUNTO: [Execução Contratual]

EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS

EXECUTADO(A): EURIPEDES RAMOS BATISTA

**SENTENÇA**

Trata-se de execução fiscal movida pelo **Estado de Minas Gerais** em face de **Eurípedes Ramos Batista**, diante do débito titularizado pelo executado totalizando o montante de R\$ 150.128,74, devidamente inscrito em dívida ativa.

A parte exequente, em sua manifestação de ID 9726847526, página 39, reconheceu a ocorrência de prescrição intercorrente do crédito tributário.

Desta feita, a execução deve ser extinta, a teor do que dispõe a legislação processual de regência.

Isso posto, **JULGO EXTINTA** a execução, resolvendo o feito com análise de mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC /2015.



A Fazenda é isenta de custas e não arcará com o pagamento dos honorários advocatícios, tendo em vista que a parte executada não foi citada, não havendo, portanto, o oferecimento de embargos.

Sentença não sujeita ao reexame necessário (art. 496, §3º, III do CPC).

Após o trânsito em julgado, archive-se o processo com baixa, sem prejuízo de eventual desarquivamento a pedido.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2023.

RONALDO SOUZA BORGES

Juiz de Direito

Programa Pontualidade

Assinado eletronicamente



